

Há pensamentos que parecem perigosos apenas porque são difíceis de explicar numa frase curta. Este

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

institucionais.

Quem viveu parte da juventude durante o Estado Novo e afirma que um ministro daquele regime talvez não sobrevivesse politicamente a um embaraço semelhante ao que hoje envolve Luís Neves arrisca-se imediatamente a ser acusado de saudosismo.

A acusação é cómoda. Evita pensar.

Não há aqui qualquer saudade da ditadura. Não há nostalgia da censura, da polícia política, da perseguição, do medo ou do silêncio imposto. O Estado Novo foi um regime autoritário e antiparlamentar, construído sobre uma concepção centralizada do poder e contrário ao pluralismo democrático. A Constituição de 1933 consolidou poderes ditatoriais e o sistema político permaneceu dominado por Salazar durante décadas.^[1]

A democracia conquistada em Abril é moral, política e humanamente superior. A Constituição define Portugal como um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo político, nos direitos fundamentais e na separação de poderes.^[2]

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Imaginemos um ministro do antigo regime envolvido numa sucessão de acontecimentos públicos embaraçosos: relações pessoais com um empresário contratado pelo Estado, obras privadas realizadas pelo mesmo círculo empresarial, explicações incompletas, contradições institucionais e um bem apreendido numa operação policial que acaba depositado nas instalações desse empresário.

Não precisamos de concluir que existiu crime. O problema começa muito antes do Código Penal.

Num regime como o de Salazar, o ministro em causa provavelmente não seria autorizado a prolongar o espectáculo. Seria chamado discretamente, aconselhado a apresentar razões de saúde, enviado para uma missão académica ou simplesmente removido do Governo.

Não porque a ditadura respeitasse mais o povo. Não porque fosse mais transparente. Não porque possuísse uma ética pública superior.

Seria afastado porque a autoridade do regime não podia permitir que um ministro se transformasse numa caricatura pública.

A diferença essencial

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O Estado Novo era uma estrutura fortemente centralizada. Salazar dominava o Conselho de Ministros, escolhia a composição governativa e procedia a remodelações parciais, tratando os ministros como peças subordinadas ao chefe do Governo.^[3]

O ministro não teria de ser condenado. Bastaria tornar-se inconveniente.

A ditadura não o afastaria por vergonha democrática. Afastá-lo-ia por higiene autoritária.

A democracia que espera pelo tribunal

Na democracia portuguesa contemporânea, o percurso é diferente. O governante permanece em funções. Emite um comunicado. Depois surge outro comunicado destinado a explicar o primeiro. Anuncia-se um inquérito. O partido declara confiança política. O primeiro-ministro afirma que aguardará serenamente pelas instituições. A oposição exige explicações. E o cidadão é informado de que não se devem retirar conclusões precipitadas.

Tudo isto pode ser juridicamente sensato. Mas politicamente tornou-se uma doença.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Em Julho de 2026, a relação do ministro com João dos Santos Carvalho e com a Construbarcels passou a ser objecto de intenso escrutínio público. A empresa realizou obras em instalações da PJ e foi posteriormente contratada para trabalhos numa propriedade ligada à família do governante. Luís Neves rejeitou qualquer favorecimento e afirmou que os procedimentos de contratação pública foram legais.^[5]

O caso ganhou uma dimensão ainda mais grave quando um atrelado apreendido no âmbito da Operação Pacoba foi localizado junto de um camião da Construbarcels. A PJ e o Ministério Público abriram averiguações sobre as circunstâncias relacionadas com o bem apreendido.^[6]

Notícias posteriores indicaram, com base em dados preliminares atribuídos à PJ, que a deslocação do atrelado poderá ter sido autorizada quando Luís Neves dirigia a instituição, no contexto de uma proposta para destruição de material. Esta versão permanecia em investigação à data da publicação.^[7]

Não existe, portanto, uma conclusão criminal definitiva. Mas é precisamente aqui que a democracia portuguesa parece ter perdido o caminho. Um ministro não é apenas um cidadão submetido à lei penal. É o titular de uma função sustentada pela confiança pública.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

duas perguntas completamente diferentes.

O governante cometeu um crime?

E depois:

O governante ainda possui autoridade política para exercer o cargo?

A resposta negativa à primeira não obriga a uma resposta positiva à segunda.

Um ministro pode não ter cometido qualquer ilícito e, mesmo assim, encontrar-se politicamente impossibilitado de continuar. Pode ter feito escolhas imprudentes, tolerado relações incompatíveis com a aparência de independência, criado conflitos de interesses, fornecido explicações contraditórias ou perdido a capacidade de dirigir instituições que precisam de investigar decisões tomadas durante a sua própria liderança.

Nada disto exige algemas. Exige responsabilidade.

A investigação sobre ética política sublinha que a integridade dos titulares de cargos públicos e a confiança dos cidadãos nas instituições são elementos essenciais da qualidade

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Contudo, a política portuguesa adoptou uma regra curiosa: enquanto não existir condenação transitada em julgado, o governante considera-se politicamente apto.

A política fica suspensa à espera da Justiça. E a Justiça, como sabemos, possui uma concepção geológica do tempo.

A vergonha como instituição

A vergonha pública não é uma categoria jurídica. Não aparece no Código Penal, não possui moldura sancionatória e não exige intervenção do Ministério Público.

Mas durante séculos funcionou como um mecanismo social de contenção. Recordava ao titular de um cargo que nem tudo o que é legal é digno, nem tudo o que pode ser explicado deve ser tolerado e nem tudo o que resiste em tribunal resiste perante a consciência pública.

Na política moderna, essa vergonha foi progressivamente substituída por assessoria de comunicação.

Fizemos alguma coisa incompatível com a dignidade do cargo?

Foi substituída por:

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

externalizada para o departamento jurídico. A responsabilidade tornou-se uma estratégia mediática.

O paradoxo intolerável

A ditadura exigia disciplina aos ministros para proteger a autoridade do poder. Uma democracia saudável deveria exigir responsabilidade aos ministros para proteger a autoridade das instituições.

O primeiro motivo é autoritário. O segundo é democrático.

O absurdo consiste em a democracia, dispondo de uma razão moralmente superior, conseguir por vezes produzir um padrão prático inferior.

No antigo regime, o ministro seria afastado porque envergonhava o Governo.

Hoje, pode permanecer porque ainda não envergonhou suficientemente o partido.

Na ditadura, o chefe protegia a imagem do Estado. Na democracia actual, o aparelho protege a sobrevivência do governante.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

prometeu ser.

A liberdade de imprensa não serve apenas para revelar casos. O Parlamento não existe apenas para produzir declarações indignadas. Os inquéritos não devem funcionar como salas de espera onde os governantes permanecem até o cidadão esquecer o assunto.

A democracia não se mede apenas pela possibilidade de votar. Mede-se pela capacidade de responsabilizar quem governa entre eleições.

Não queremos ministros afastados por ordem de um chefe autoritário. Queremos governantes capazes de reconhecer, pela sua própria consciência democrática, quando deixaram de possuir condições para servir.

Não queremos o silêncio imposto pela censura. Queremos explicações claras, completas e verificáveis.

Não queremos obediência pelo medo. Queremos responsabilidade por respeito.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

adentro é simultaneamente cômica e trágica.

Cômica, porque imaginamos o governante de chapéu na mão, desaparecendo lentamente no solo para escapar ao olhar severo de Salazar.

Trágica, porque o ministro democrático contemporâneo parece ter desenvolvido a capacidade inversa.

Quanto mais grave é o embaraço, mais firmemente se agarra ao cargo. Quanto mais perguntas surgem, mais comunicados produz. Quanto maior é a perda de autoridade, mais se declara disponível para continuar a servir o país.

Já não temos ministros que se enterram de vergonha.

Temos ministros que enterram a vergonha.

A democracia não pode contentar-se em ser menos má

A democracia não merece ser defendida apenas porque é preferível à ditadura. Isso seria estabelecer uma fasquia miseravelmente baixa.

Deve ser defendida porque consegue ser mais livre, mais justa, mais transparente e mais responsável.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

revela-os. Mas, se depois de os revelar não acontece nada, a transparência transforma-se apenas numa transmissão em directo da impunidade.

A última vergonha

Não temos saudades da ditadura. Temos vergonha de uma democracia que perdeu o sentido da responsabilidade.

Uma democracia não deve exigir que os ministros se enterrem pela terra adentro. Deve exigir algo muito mais civilizado.

Que apareçam. Que expliquem. Que respondam. E que, quando já não conseguem restaurar a confiança necessária ao cargo, tenham a dignidade de sair.

Não para proteger o Governo. Não para proteger o partido. Não para proteger o primeiro-ministro.

Mas para proteger a democracia.

Porque quando um regime livre deixa de possuir vergonha política, conserva os boletins de voto, os debates parlamentares e as cerimónias institucionais.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Fontes e referências

1. Ministério da Justiça — O Estado Novo, a Constituição e as reformas da Administração; RTP Ensina — António de Oliveira Salazar.
2. Assembleia da República — Constituição da República Portuguesa.
3. António Costa Pinto — “Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”, *Análise Social*.
4. Governo da República Portuguesa — Luís Neves toma posse como Ministro da Administração Interna, 23 de Fevereiro de 2026.
5. Rádio Renascença — obras da Construbarcels para a PJ e numa propriedade de Luís Neves, 14 de Julho de 2026.
6. RTP / Antena 1 — atrelado apreendido localizado junto da Construbarcels; Diário de Notícias — PGR confirma inquérito relacionado com bens apreendidos.
7. Diário de Notícias — deslocação do atrelado poderá ter sido autorizada por Luís Neves, 17 de Julho de 2026.
8. Instituto de Ciências Sociais — Ética e integridade na política; Diário da República — Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2024.

Nota editorial e jurídica: Esta crónica é um texto de opinião e sátira política. A comparação histórica não constitui qualquer elogio ou branqueamento do Estado Novo. Os factos relativos ao ministro Luís Neves, à Construbarcels e ao atrelado apreendido baseiam-se em notícias e fontes públicas disponíveis à data da publicação. As averiguações encontram-se em curso e não existe



Blogue Fragmentos do Caos

A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Francisco Gonçalves · Fragmentos do Caos · 2026